

## Notícia

Realizou-se em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, de 27 a 29 de Janeiro de 1988, o 1.º Congresso Português de Sociologia, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia (membro da Associação Internacional de Sociologia) e com a colaboração da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses, da Associação Portuguesa dos Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho e da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.

O tema do Congresso — «A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século» —, com a sua proposta a três dimensões (uma disciplina, um espaço e um tempo), abriu-se significativamente aos contributos de outras disciplinas do domínio das ciências sociais, nomeadamente os da antropologia, demografia, economia, geografia, história e psicologia, numa afirmação da necessidade de romper fronteiras e intercambiar com os seus próximos as várias leituras do aqui e do agora.

O balanço do que foi o Congresso não se pretende fazê-lo nesta simples notícia; a publicação das suas actas irá permitir, ela sim, uma apreciação, se não sobre a sociologia que hoje temos em Portugal, pelo menos sobre a sociologia que se fez representar no seu primeiro congresso nacional (aliás, dado o elevado número de comunicações, a alargada participação e as muitas instituições representadas, a extrapolação não oferece grande perigo...). Parece desde já possível, no entanto, avançar algumas considerações gerais quer quanto às características dos participantes, quer quanto à natureza dos trabalhos apresentados, quer ainda quanto às problemáticas dominantes.

Uma primeira impressão a registar: a de diversidade. Diversidade de contributos disciplinares, como acima ficou dito, e diversidade de perspectivas teórico-metodológicas dentro da própria sociologia.

Diversidade também no que se refere ao estatuto dos sociólogos e outros cientistas sociais autores das comunicações: «académicos» e «não académicos», ocupando postos diferenciados no mercado de trabalho. Logo, diversidade das instituições a que se encontram vinculados, designadamente diferentes estabelecimentos de ensino, centros de investigação, empresas, órgãos da Administração Pública...

Diversidade de gerações — dos que se formaram nos anos 60, originariamente com licenciaturas outras que não a da Sociologia, a menos que a tivessem adquirido no estrangeiro, até aos da novíssima geração licenciada em Portugal já nos anos 80. De notar a juvenilização e o alargamento crescentes do campo sociológico evidenciados no Congresso.

Presença feminina entre os comunicantes: cerca de 40 %, com uma distribuição relativamente equilibrada pelos diferentes grupos de trabalho, embora um pouco mais elevada em sociologia da família e em sociologia da educação e menos elevada em sociologia política (resistência de estereótipos?).

Diversidade ainda na natureza das comunicações apresentadas, que abrangiam: trabalhos monográficos e descritivos (os mais numerosos); crítica e reequacionamento de conceitos e de perspectivas teóricas (as mais das vezes enquadrando pesquisas empíricas); propostas metodológicas; reflexões sobre o *métier*, na linha de uma sociologia dos sociólogos.

O facto de os autores das comunicações desenvolverem a sua actividade em zonas muito variadas do território nacional (continente de norte a sul e Ilhas) favoreceu uma cobertura consideravelmente ampla da realidade social portuguesa, que se exprimiu numa multiplicidade de estudos regionais e locais.

Em praticamente todos os grupos de trabalho foi patente o interesse pelo estudo das identidades que se forjam aqui e ali, no local de trabalho (a empresa privada, a unidade colectiva de produção...), de residência (o bairro, a aldeia...), de lazer (a associação recreativa, o quintal dos imigrantes portugueses na região parisiense...) ou na unidade familiar (mesmo para além da morte — na gestão dos sepulcros...).

A identificação da pluralidade de espaços e de ritmos sociais, da especificidade das práticas e das representações de diferentes grupos sociais em particulares contextos predominaram sobre as tendências universalizantes, não sem que, nalguns casos, a outra face da moeda se revelasse na vulnerabilidade do fechamento em estudos micro.

Ao que parece, não são as tentações da generalização positivista, antes, porventura, as do descritivismo fenomenológico, que espreitam os sociólogos portugueses. De resto, a isso não será alheio o próprio estádio de desenvolvimento da sociologia entre nós, quando começam a ampliar-se os meios para ir ao encontro das realidades sociais do País e é forte o fascínio das tipologias «realistas».

Ao mesmo tempo, uma certa dispersão da investigação poderá ser o preço a pagar pelo volume do material já acumulado em resposta às variadas interrogações que têm vindo a ser feitas sobre a sociedade portuguesa actual.

Este acentuado interesse pela realidade circundante tem dado lugar, como se verificou no Congresso, à emergência de novos objectos de análise, cuja multiplicidade se poderá organizar segundo dois grandes eixos — um eixo resistência-mudança, ao nível das problemáticas abordadas; um eixo investigação-acção, ao nível das concepções sobre a abordagem sociológica das realidades sociais.

Ao primeiro nível, o relevo foi para o vector *mudança*, presente em todos os grupos de trabalho (processos de mudança nos sistemas de formação de professores e alunos; transformações nas relações homens/mulheres e nas representações sobre o divórcio; transformação dos sistemas de produção, distribuição e consumo cultural; novas estratégias de organização do espaço rural e urbano; impacte da inovação tecnológica e organizacional; novas dimensões do sistema político local).

Quanto ao vector *acção* ou *intervenção*, ele apareceu frequentemente articulado à *investigação*, embora com mais preponderância nalgumas comu-

nicações dos grupos de trabalho de sociologia da informação, do conhecimento e da cultura; de sociologia da educação; de sociologia das questões rurais e urbanas, e de sociologia das organizações e do trabalho, com particular destaque na apresentação de abordagens reclamando-se de uma sociologia da intervenção.

Nesta linha, a associação das actividades de investigação, de formação e de intervenção local não pareceu constituir tabu e os sociólogos em causa não se mostraram demasiado preocupados por terem que dispensar o velho álibi do não envolvimento. A tradicional oposição entre teoria e prática parece ter caído finalmente em completo desuso enquanto questão susceptível de provocar polémicas, tal como aconteceu à velha distinção entre investigação pura e investigação aplicada, estando implícito no discurso de muitos que a teoria é para ser considerada *nos* seus usos. Mais ou menos libertos de discussões sobre «o sexo dos anjos», os sociólogos vão, porventura, encontrar outros escolhos e ter de reear as simplificações empiricistas e de desbravar as vias da «objectivação participante».

A investigação-acção apareceu, ela mesma, com uma estratégia de mudança e esta concepção do sociólogo como interveniente não é mera importação de recentes modos de encarar o *métier*, mas encontra homologias no seu próprio posicionamento no campo das ciências sociais em Portugal tal como ele hoje se define. O painel sobre «Condições de exercício e perspectivas profissionais da sociologia em Portugal» foi elucidativo a este respeito. A procura de credibilidade para a disciplina e para os que a praticam vem passando por processos vários, alguns já efectivados, outros ainda em vias de o serem. O reconhecimento dos graus universitários (licenciatura e, mais recentemente, doutoramento); a criação de associações várias; a abertura, reduzida embora, de novos postos de trabalho (já não só no domínio da investigação e do ensino, mas também em empresas e vários organismos do Estado); algum reconhecimento público da profissão; a realização, enfim, de um primeiro congresso à escala nacional, enquanto instância consagratória que é — todos eles são factores que concorrem para o desenvolvimento do campo da sociologia e ao mesmo tempo o indiciam.

Ao diletantismo inicial da primeira geração dos sociólogos portugueses sucedeu a profissionalização e a recente proliferação de especialistas em diferentes ramos da sociologia de que o Congresso foi testemunho. Como é de regra, o abandono do amadorismo, o aumento dos recursos materiais (tanto através do financiamento público como do privado) e o desenvolvimento dos meios de publicação (destaque para o crescente número de revistas de ciências sociais) tendem a conjugar-se no sentido da legitimação de um estatuto intelectual e científico. As possibilidades de exercício de uma competência dotada de mecanismos sociais de formação e de identificação dos respectivos membros e de oportunidades de emprego são condições de definição da profissão de que alguns sociólogos já usufruem, mas por que outros lutam ainda, procurando aumentar a visibilidade social do seu estatuto.

Neste contexto — apoiado pelas procuras sociais, por débeis que ainda sejam —, o papel interveniente do sociólogo pode ajudar a dar resposta não só à sua necessidade de afirmação, como também à necessidade de redefinir critérios de legitimidade (o sociólogo como agente de mudança) que não passam obrigatoriamente pela profissão académica e segundo os quais esta última poderá, de futuro, ter de vir a modelar-se (de notar que a activi-

dade do sociólogo começa a afastar-se de uma classificação em termos de *vocação* — segundo a lógica subjectiva da produção académica «desinteressada» — para uma classificação em termos de *trabalho* — segundo a lógica da remuneração material).

Estas são algumas impressões gerais que ficaram do que foi possível ouvir ou ler, entre quase uma centena de comunicações que se distribuíram por seis grupos de trabalho e um painel.

Registam-se os títulos dos grupos de trabalho e respectivas secções em áreas temáticas:

#### SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

*Secções:* 1.<sup>a</sup> Sistema de ensino, estrutura social e mundo do trabalho;  
2.<sup>a</sup> Sociologia das práticas educativas;  
3.<sup>a</sup> Política educativa e sistema de ensino.

#### SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA

*Secções:* 1.<sup>a</sup> A família em mudança: perspectivas demográficas;  
2.<sup>a</sup> Dinâmicas socioculturais em contextos familiares;  
3.<sup>a</sup> Identidades familiares.

#### SOCIOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DO CONHECIMENTO E DA CULTURA

*Secções:* 1.<sup>a</sup> Comunicação e conhecimento;  
2.<sup>a</sup> Práticas e intervenção cultural;  
3.<sup>a</sup> Cultura e arte.

#### SOCIOLOGIA DAS QUESTÕES RURAIS E URBANAS

*Secções:* 1.<sup>a</sup> Planeamento e ordenamento do território;  
2.<sup>a</sup> Estudos de casos e comunidades locais.

*Forum de debate:* O urbano rural — fronteiras e cruzamentos.

#### SOCIOLOGIA INDUSTRIAL, DAS ORGANIZAÇÕES E DO TRABALHO

*Secções:* 1.<sup>a</sup> Organização, tecnologia e cultura organizacional;  
2.<sup>a</sup> Sociologia e inovação tecnológica e organizacional;  
3.<sup>a</sup> Trabalho e sociedade: actores, relações e práticas sociais.

#### SOCIOLOGIA POLÍTICA

*Secções:* 1.<sup>a</sup> O Estado;  
2.<sup>a</sup> Cultura política.

#### PAINEL SOBRE CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL